

## **AGENDA DE REFORMAS SERÁ INTERROMPIDA?**

O governo de Michel Temer se apresentava ao país como reformador no sentido liberal da economia. Com uma agenda econômica bem aceita pelo mercado e com boa capacidade de diálogo com o Congresso Nacional, o governo vinha tocando um amplo conjunto de reformas em diversas áreas, entre elas: mudanças nas regras do pré-sal e nova política para o setor de petróleo e gás; alteração nas regras do setor elétrico; novo modelo de concessões de ferrovias e aeroportos; liberação do saldo das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos e da política de repatriação de capital; renegociação das dívidas estaduais; discussão das reformas trabalhista e da previdência.

No entanto, na mesma semana em que Michel Temer completou o primeiro ano de seu governo, delações dos controladores da JBS abalaram o equilíbrio político que permitiu o avanço de um intenso conjunto de reformas que buscam reabilitar a economia. O impacto – áudio e vídeo – apresentado se no tempo da justiça dão sobrevida ao presidente, no tempo da política visto pela opinião pública praticamente não permite avaliar quais desdobramentos dessa turbulência.

O Procurador Geral da República denunciou o presidente Michel Temer baseado na delação de Joesly Batista e no pagamento de R\$ 500 mil pagos a um intermediário do presidente, como sendo a primeira parcela, fato constatado em vídeo feito pela Polícia Federal. A Câmara dos Deputados não permitiu o prosseguimento da denúncia. Manteve o presidente, mas erodiu seu capital político.

A calma não retornou ao governo. Em agosto, novamente o Procurador Geral da República, baseado na delação do doleiro Dilson Funaro e em material apresentado pela Polícia Federal, faz nova denúncia contra o presidente e dois de seus ministros, Eliseu Padilha e Moreira Franco. Se o ambiente político já estava conturbado, mais nervoso ficou, e a agenda de reformas ficou totalmente paralisada.

Com a segunda denúncia, que deverá tramitar na Câmara dos Deputados até o fim de outubro, exaurindo ainda mais o capital político do presidente, fica muito difícil que ele possa manter um diálogo com o Congresso Nacional em prol da aprovação das reformas anunciadas. Na prática, ele tende a se tornar refém da sua base aliada. Também o tempo conspira contra a possibilidade de tramitação das reformas na Câmara dos Deputados, visto que 2018 será ano eleitoral, com baixíssimo

comparecimento dos congressistas à Brasília, e mais preocupados com o calendário eleitoral.

Desta forma, aquela agenda que animava o mercado e é imprescindível para a retomada do crescimento econômico do país, será postergada para 2019, dependendo do perfil e programa do novo presidente, e da nova composição do Congresso Nacional. O país que acumula três anos de recessão econômica e 13 milhões de desempregados terá que esperar mais dois anos para saber se sairá ou não dessa duradoura turbulência em sua economia, com reflexos seríssimos na área social, e mais, com sua imagem se deteriorando em nível internacional. É um preço muitíssimo alto que já está sendo pago pela população brasileira e pelo desenvolvimento do país!

**Respondendo a indagação deste texto pode-se afirmar que a agenda de reformas já está interrompida.**